
*Casas porto-alegrenses, construções de italianos e
transição de século: alguma novidade e muita tradição
(1890-1915)*

*Porto Alegre houses, italian constructions and the turn of the century:
some novelty and lots of tradition (1890-1915)*

*Renato Gilberto Gama Menegotto**

Resumo: O texto tem por objetivo principal registrar a contribuição de profissionais de Arquitetura de origem italiana, natos ou desses descendentes, atuantes em Porto Alegre, no período da passagem do século XIX para o XX até o início da Primeira Guerra Mundial. É propósito, a abordagem que admite como de valor cultural edifícios de menor escala, produção cotidiana que configurava o *pano de fundo* da paisagem da capital Porto Alegre. Assim, a partir de amostra de típicas habitações unifamiliares, constituintes do tecido da cidade, na época em acelerado processo de desenvolvimento, pretende-se refletir

Abstract: The major objective of the present paper is to register the contribution of builders of Italian origin active in Porto Alegre, in the period of the late nineteenth and early twentieth century until the beginning of World War II. This study focuses on the approach that consider buildings of smaller scale as culturally important, the daily production that configured the cityscape. The sample was selected from typical detached houses, part of the urban fabric and in accelerated development process, we intend to also reflect on change and permanence of formal and spatial structures of Porto Alegre homes,

* Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e Doutor no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/FFCH) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Titular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCRS. Integrante do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Coordenador da Comissão Científica da FAU/PUCRS e membro do Conselho Editorial da Revista da Graduação EdiPUCRS. Professor em diversos níveis do Curso de Graduação e de Pós-Graduação da FAU/PUCRS. *E-mail:* renato.menegotto@pucrs.br

sobre mudanças e permanências de estruturas formais e espaciais de residências porto-alegrenses, considerando aspectos tradicionais herdados da arquitetura urbana realizada até aquele momento da história.

considering traditional aspects inherited from urban architecture of that historic moment.

Palavras-chave: Construtores *italianos*. Cultura de imigrantes. Italianidade.

Keywords: Italian builders. Immigrant culture. Italianness.

Introdução

Em Porto Alegre, desde o final do século XIX, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sob inspiração do pensamento positivista do filósofo Auguste Comte, dominou a política regional de 1892 até 1930. O vocabulário arquitetônico do *ecletismo* participou da representação estética de um projeto de governo que trazia a ideia de exaltação do progresso. Foram realizadas na cidade obras de infraestrutura urbana, base necessária para o aparecimento de edifícios públicos, culturais e particulares. O uso de materiais construtivos importados e a sofisticação formal baseada no passado clássico exigiam trabalhos especializados, que os imigrantes europeus poderiam cumprir bem. Entre esses estavam técnicos oriundos da Itália e seus descendentes nascidos no Brasil, que contribuíam em áreas profissionais distintas da vida da capital. Procura-se reconhecer a influência de grupo étnico – os chamados *italianos* –, em determinada atividade de trabalho, como modo de afirmação de sua identidade na construção da sociedade porto-alegrense, que experimentava, no período, considerável desenvolvimento econômico.¹

É importante voltar um pouco no tempo e lembrar a evolução da cidade depois da Revolução Farroupilha. Sabe-se que a partir de 1845, em paralelo ao declínio da produção agrícola na província, haviam sido incrementadas atividades de comércio e serviços. Anteriormente à revolução, o trigo – desde o século XVIII, com a colonização açoriana –, assim como o charque, se constituíram nos produtos responsáveis pelo desenvolvimento da economia. A crise no campo e o processo de urbanização de núcleos populosos regionais coincidiam com a transferência de mão de obra escravizada para os cafezais paulistas: Porto Alegre e outras cidades da província cresciam.

O Brasil, como um todo, passa a experimentar mudanças na estrutura econômica com consequentes reflexos na sociedade. O progresso advindo da exportação de café canaliza investimentos para infraestrutura em geral, notadamente para estradas de ferro e navegação fluvial. (REIS FILHO, 1978, p. 156). Tal fato melhora a comunicação entre cidades. Intensificam-se as importações de materiais e de bens de capital que, associadas ao término gradual do regime escravocrata, à utilização de mão de obra mais especializada dos imigrantes e aos incentivos governamentais concedidos ao setor produtivo, potencializam o surgimento das primeiras empresas. O trabalho escravo, ainda visível, começa a ser substituído pelo trabalho remunerado. Desde a segunda metade do século XIX, amplia-se o processo imigratório. O País recebe abundantes levas de trabalhadores provenientes de diversas regiões do mundo, imigrantes que se dispõem a exercer funções antes cumpridas pelos escravos. De outra parte, influenciam culturalmente na sociedade brasileira e na produção da arquitetura e se inserem nesse contexto, tendendo a uma complexidade que anteriormente não havia. (REIS FILHO, 1978, p. 156).

A população cresce: mais moradias

No final do século, o desenvolvimento de Porto Alegre também se refletia na ampliação de atividades para as quais contribuíam imigrantes e descendentes de distintas etnias – entre esses os *italianos* – compartilhando o espaço urbano. Conforme Constantino (1998, p. 153), eram trabalhadores dedicados ao pequeno comércio e ao setor de serviços que chegavam “atraídos pelo crescimento da cidade e pelas oportunidades que a mesma oferecia”. Os *italiani*, “entre 1875 e 1914, formaram os maiores contingentes no Rio Grande do Sul, perfazendo o número aproximado de cem mil indivíduos”. No que tange aos *costruttori*, as escassas informações existentes indicam que, na época, boa parte deles não possuía o que se poderia chamar “preparação formal” para o exercício da profissão. O fato de não haver regulamentação profissional até 1934 aumenta a dificuldade de obtenção de dados. Neste texto, não se pretende fazer distinção entre os que se poderiam chamar *projetistas*, isto é, os que concebiam e desenhavam as obras, e os denominados *construtores*, que as realizavam. Frequentemente, a mesma pessoa responsabilizava-se pelas duas tarefas. Transpõe-se, propositalmente, (in)definições legais a fim de reconhecer e examinar tão somente a arquitetura produzida.

Porto Alegre passa de pouco mais de 50 mil habitantes em 1890 para 130 mil, em 1910. (FRANCO, 2000, p. 59-60).² A chegada de trabalhadores mais especializados foi um dos aspectos que explicam o crescimento da cidade e, por consequência, houve a necessidade de maior número de moradias. *Costruttori* nascidos na Itália e seus descendentes produzem habitações destinadas à classe mais abastada e às de médio ou baixo poder aquisitivo. Antes de 1900, já era significativa a produção de construtores como Luigi Gastaldi Valiera, Francisco Tomatis, João Cattani e Atilio Trebbi. Os dois primeiros mantêm-se em intensa atividade após a passagem do século aos quais se juntam outros profissionais, ditos *italianos*, que contribuem para o desenvolvimento da capital. Até 1915, há registros de obras de Angelo Negri, Angelo Peroni, Antonio Rossi, Armando Boni, Armando Faccini, Augusto Sartori, Francesco Andrighetto, Giuseppe Gaudenzi (este, especialmente, era escultor), Onofre Bellanca, Paolo Paganini, Pietro Bonotto, Roberto Roncoli, Salvador Lambertini, Vittorio Ferlini, Vittorio Fortini, Vittorio Tellini. (WEIMER, 1998).

Um levantamento realizado por Franco (2000, p. 71-80) registra que, de 1899-1900 até 1911-1912, amplia-se o número de construções licenciadas pela Intendência Municipal em aproximadamente 3.900 edificações de alvenaria e cerca de 2.900 de madeira. Um pequeno decréscimo no ritmo construtivo, como um todo, foi verificado a partir daí, caindo substancialmente durante a Primeira Guerra. Uma das possibilidades para justificar tal acontecimento, conforme o autor, são as limitações que o conflito mundial impôs à importação de produtos para a produção arquitetônica. A retomada do crescimento do número de obras aprovadas na cidade dá-se somente, e assim mesmo de modo gradativo, no início dos anos 20 (séc. XX). (FRANCO, 2000, p. 71-73).

Na primeira década e meia do século XX, também merece registro o aumento da quantidade de habitações para a camada de maior *status* social. A essa burguesia, boa parte dedicada a atividades comerciais e industriais, são propostas residências maiores, admitindo-se, algumas vezes, a associação de moradia e de trabalho na mesma edificação. Constituem os denominados *sobrados* em que o térreo ligado à rua, muitas vezes, era destinado ao comércio. (LEMOS, 1989b, p. 32-33).³

Mudanças na casa urbana: implantação, recuos, iluminação e ventilação

Em Porto Alegre, desde a transição do século XIX para o XX, questões de arquitetura não eram distintas daquelas que aconteciam nas demais regiões do País. Atitudes projetuais semelhantes generalizavam-se. (REIS FILHO, 1978, p. 45). Não só no que se referia à implantação da edificação no lote, mas também aos aspectos funcionais, formais e até mesmo como representações de sentido coletivo. No início da República, a configuração de origem colonial das cidades brasileiras em geral – assim como a de Porto Alegre – passava por transformações. Estabeleciam-se mudanças na arquitetura, as quais expressavam o imaginário da sociedade (COELHO, 1997, p. 213),⁴ esse impregnado da noção de progresso e de distanciamento do “atraso” e que denotavam a época do Brasil Colônia e mesmo a imperial. A cultura do imigrante europeu, além de qualificar a mão de obra posta à disposição da sociedade, também foi decisiva para que ocorressem alterações na casa urbana. Sua implantação no lote é um dos exemplos. Ainda que a fachada principal da edificação fosse mantida no alinhamento da rua, herança da colonização portuguesa, a moradia começava a ter, a partir de meados do Oitocentos, recuo em um dos lados pelo menos. Por meio do afastamento, dava-se o acesso principal. A outra lateral, ou permanecia na divisa, ou também recuava. (REIS FILHO, 1978, p. 44).

No período colonial, a iluminação e a ventilação dos espaços internos da habitação eram realizadas por apenas dois planos de fachada: o frontal para a via pública e aquele que se voltava ao pátio de fundos. O setor central da planta, onde se localizavam os dormitórios (*alcovas*), ficava sem aberturas para o exterior. Em vista de tal forma de distribuição do programa de necessidades que a casa térrea e o sobrado representavam, até o advento da República, os principais tipos edifícios residenciais encontrados em núcleos urbanos brasileiros.

Verifica-se, na passagem de século, que a implantação com recuo lateral propiciou fatos novos: primeiro, a possibilidade de tratamento paisagístico no afastamento e, segundo, a iluminação e ventilação dos dormitórios, antigas *alcovas*. As casas passavam a contar com jardins, que faziam parte do percurso de quem acessava a moradia.

Em Porto Alegre, até a Primeira Grande Guerra, era visível, em boa parte das obras, a adoção de partido arquitetônico com acesso principal lateral, tanto em residências destinadas a famílias de maior poder

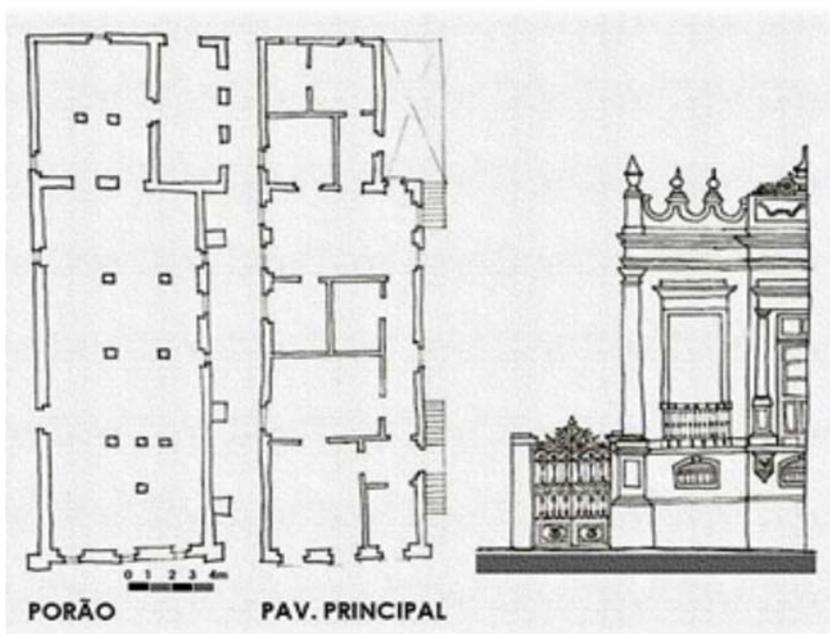
aquisitivo como em moradias simples, de poucos compartimentos. Nas casas maiores – após a passagem por um portão bem trabalhado em ferro, no alinhamento –, a subida da escada lateral até a porta se constituía em experiência de assimilação gradual da transição do âmbito público ao privado. A *promenade*,⁵ proposta ao usuário, pode ser entendida como um evidente aumento da separação entre a rua e a casa.

Em muitos aspectos, anota-se como representativa de tal tipo arquitetônico a edificação de 1894, projetada em Porto Alegre, na então denominada Rua Cristóvão Colombo (Figura 1), por Luigi Gastaldi Valiera, profissional de origem italiana. Não se sabe muito sobre Valiera, exceto que foi *architetto-costruttore*, segundo Weimer (2004, p. 183), dos mais atuantes na capital nos últimos anos do século XIX. Após um período de trabalho em Porto Alegre, Valiera realizou projetos em Caxias do Sul, como a residência Cesa Valduga, dos anos de 1910, situada na esquina das ruas Bento Gonçalves e Dr. Montaury, a agência caxiense da *Banca Francese & Italiana* e o *Tempietto* de São Pelegrino. (*Cinquantenario...*, p. 351 v. II; p. 129 v. I).

A casa da Cristóvão Colombo, encomendada pelo Sr. Sebastião Moura, tem o pavimento principal elevado, com entrada lateral constituída de escadaria ao acesso principal, oportunizando a existência de porão de altura conveniente para aproveitamento. O programa de necessidades é de média complexidade e a fachada, de composição elaborada, tende a revelar a melhor condição econômica do morador.

Os jardins laterais possibilitavam luz e aeração naturais aos quartos e a outros compartimentos, o que representava um avanço em relação à casa colonial urbana. Muito embora a elevação fosse simétrica – Valiera chega a desenhar somente a metade da fachada –, a planta baixa não apresenta o princípio compositivo.

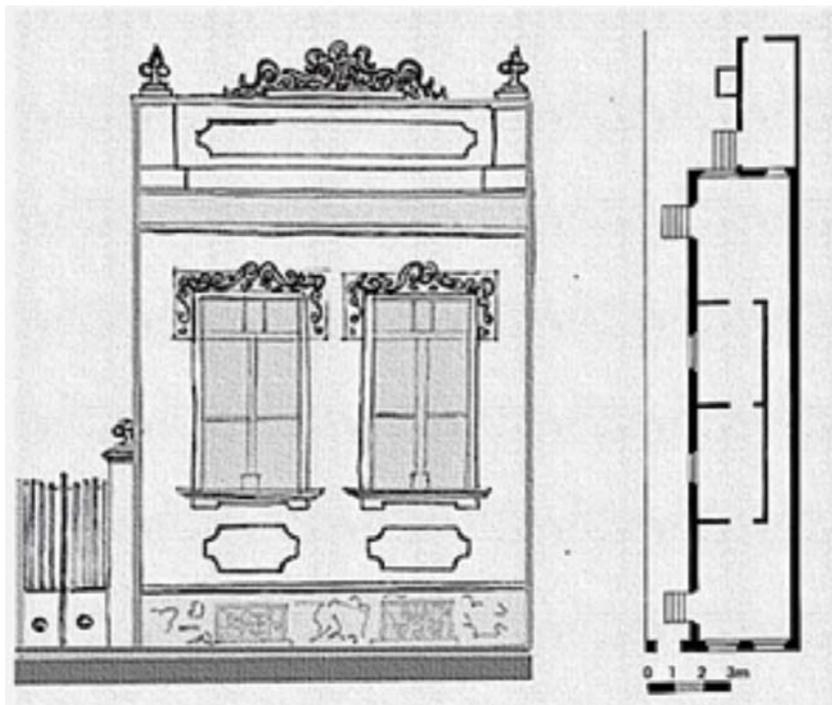
Figura 1 – Casa na Rua Cristóvão Colombo s/n, construção de Luigi Gastaldi Valiera, 1894: à esquerda, plantas baixas do porão e pavimento principal; à direita, fachada



Fonte: Microfilme 001, processo 048. Acervo de Günter Weimer; Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desenhos de Gustavo Longaray Moraga, conforme projeto original.

Nas residências menores, a edificação era implantada com recuo em apenas um dos lados, e isto acabava sendo praticamente inevitável, considerando a exiguidade do terreno. Semelhante atitude construtiva permitia iluminação e ventilação dos compartimentos que, dispostos em seqüência, articulavam-se por corredor interno que lhes permitia acesso ou pelo recuo lateral descoberto. Neste se dava o ingresso, tanto à sala de visitas da frente, quanto ao setor de convívio familiar, mais ao fundo. Havia, portanto, duas entradas que ocorriam pelo afastamento lateral.

Figura 2 – Casa na Rua Lobo da Costa s/n, projeto de Onofre Bellanca, 1915: fachada e planta baixa



Fonte: Microfilme 014, processo 268. Acervo de Günter Weimer; Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desenhos de Kétlyn Giovana Schuh, Flávio Massetti Vargas e Rafael Pasquali, conforme projeto original.

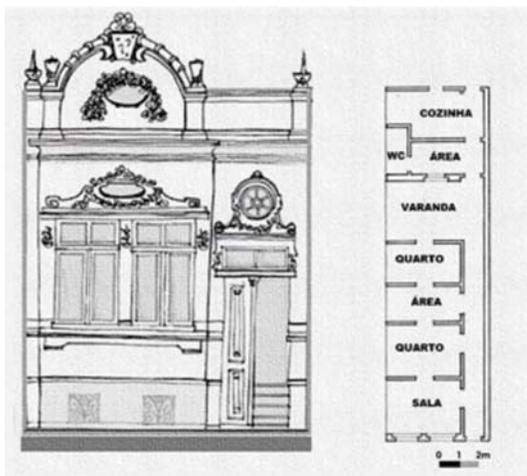
A condição típica descrita tem como exemplo a habitação construída por Onofre Bellanca para Fidelis Schiffin, situada na Rua Lobo da Costa (Figura 2). São incontáveis, em Porto Alegre, casas de tal tipo arquitetônico: um pavimento com porão baixo, volume disposto numa das divisas laterais e recuo na outra, pela qual se realiza o acesso a compartimentos da moradia. Nesse tipo poderia haver, também, outra circulação interna e ligação de aposentos entre si.

Os *capomastri* italianos atuantes em São Paulo já se utilizavam dessa simplificada estrutura de planta, segundo registra Cenni (2003, p. 399): “Ruas inteiras eram povoadas de casas térreas que obedeciam rigorosamente a um mesmo esquema: entrada lateral, uma carreira de quartos enfileirados, com a cozinha no fim e depois o quintal.”

O fato é que o recuo, nas duas laterais em edificações maiores e em uma delas nas menores, determinava melhores condições de habitabilidade: mais insolação e ventilação nos cômodos da moradia significava avanço no modo de morar. A proposta de implantação mantinha a parede frontal no alinhamento e no porão, mas afastava da rua a porta principal da casa, que assim deixava de caracterizar o vínculo mais direto entre o âmbito público, da cidade, e o restrito, da residência. Segundo Marx (1980, p. 99), se distanciam as fronteiras entre o mundo privado e o social.

Entretanto, o tipo arquitetônico implantado em lote de pequena largura coexiste com outro, mais tradicional, de porta e janelas localizadas no plano da fachada. Sem recuos laterais, as aberturas dos quartos orientam-se para “área de luz” posicionada no centro do núcleo edificado. É o que pode ser constatado em projeto da casa de porão baixo, de autoria também de Onofre Bellanca, situada na Rua Demétrio Ribeiro (Figura 3). O terreno estreito não impõe ao construtor descartar desenho de fachada com elaborada ornamentação, composta de frontão curvo e elementos decorativos nas janelas e na porta. A circulação interna é lateral, sala frontal à rua e quartos na região central da planta, iluminados e ventilados pela referida área descoberta. Sala de viver da família, cozinha e pequeno sanitário na parte posterior do volume da edificação completam o programa.

Figura 3 – Casa na Rua Demétrio Ribeiro, projeto de Onofre Bellanca, 1915: fachada e planta baixa



Fonte: Microfilme 014, processo 739. Acervo de Güter Weimer; Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desenhos de Kétlyn Giovana Schuh, Flávio Massetti Vargas e Rafael Pasquali, conforme projeto original. Na planta, a linha única na parede lateral corresponde à fonte, assim como as denominações dos compartimentos; grafia atualizada.

Áreas de convívio social, convívio familiar e repouso: novidades e permanências na estrutura espacial da habitação

Salvo a nova implantação e a obtenção de melhores condições internas de insolação e ventilação, pode-se afirmar que, em Porto Alegre, no período final do Oitocentos até a Primeira Grande Guerra, a estrutura espacial interna de habitações, notadamente aquelas destinadas à classe média, permaneceu praticamente a mesma, ou seja, a determinada pela tradição do século XIX: sala social na fachada principal; dormitórios no centro da planta; sala de maior privacidade mais ao fundo; e dependências de serviços na extremidade posterior. Essas últimas eram constituídas, em geral, por cozinha, depósito para mantimentos, sanitário e dormitório de empregada. Um corredor interno, como mencionado, ligava a área social frontal à sala de viver da família – a *varanda* – um recinto mais privativo. Como aposento disposto mais ao fundo da edificação, era o centro do movimento cotidiano. Aí se realizavam as refeições, aconteciam conversas familiares, os homens liam o jornal do dia, as mulheres bordavam, e as crianças brincavam – tudo ao som da música que saía do gramofone. Para Lemos (1989b, p. 30), o termo *varanda* diz respeito ao “refrescante local de lazer, de estar, na casa tropical”. A varanda aberta, onde se davam as refeições e ligada à cozinha do período colonial, passou a ser “sala de jantar” e “local de estar da família” quando se tornou um ambiente fechado com o passar do tempo.

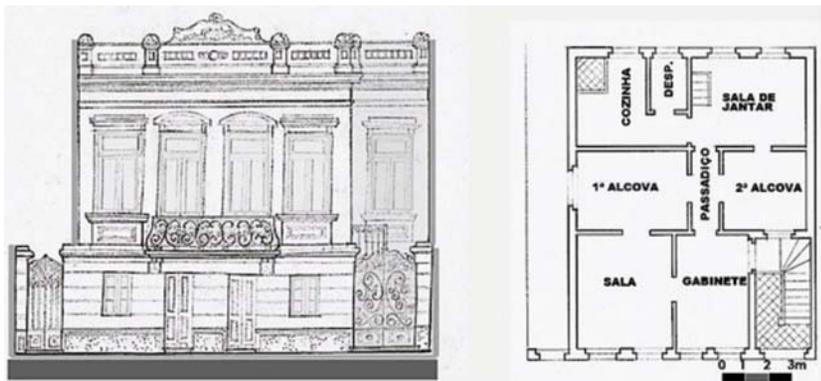
A área social destinada às visitas, que assim está sendo considerada por permitir o acesso de pessoas alheias ao convívio familiar, é a região mais próxima da rua. Recinto distante dos espaços de intimidade dos moradores, revela a pouca interação entre esses e gente de fora. A rua, a praça, a cidade, enfim, ainda eram os principais cenários de encontro interpessoal.

No início do século, especialmente, outro compartimento começa a surgir em projetos: o *gabinete*, que adjacente à sala de visitas, estava previsto para atender às funções de estudo, trabalho, leitura, biblioteca, etc. Sua inserção na área social tende a evidenciar a busca por maior permeabilidade entre âmbito público e âmbito privado. O morador, agora, se permitia ser visitado, ou para tratar de negócios, ou para um debate envolvendo trocas intelectuais, ou até mesmo para uma conversa informal: vivências que aconteciam sem deixar de serem preservados espaços mais exclusivos da casa.

Tal proposta para a área social pode ser constatada na casa de Cândido Antonio Lopes, obra de 1910, de Vittorio Tellini, situada na Rua Moinhos de Vento, atual Av. Independência (Fig. 4). Conjectura-se que o construtor tenha participado da empresa Irmãos Tellini, de considerável produção nas primeiras décadas do século XX, em Porto Alegre. A edificação tem um pavimento nobre elevado, com porão alto utilizável, programa de necessidades de média complexidade e fachada de composição elaborada. Trata-se de residência com entrada lateral descoberta, cujo acesso principal se dá pelo gabinete, que poderia estar desempenhando o papel de vestíbulo, adjacente à sala destinada a visitas. Ambos os cômodos, gabinete e sala de visitas, são frontais. Nos fundos, há a sala de jantar (varanda), a cozinha e a despensa, além de um reduzido compartimento que, na análise do projeto, se interpreta como um sanitário. Aparentemente muito íngreme, uma escada liga o porão à sala de jantar. Embora as denominações dos compartimentos estejam explicitadas na documentação de licenciamento da obra, é plausível concluir-se que o gabinete tivesse a função de acolhimento de visitas, enquanto a denominada “sala” transformar-se-ia em um terceiro dormitório. Se essa condição for aceita como indício de solução espacial, estaria condizente com o que afirmam Veríssimo e Bittar quanto à localização de um quarto na região frontal da casa, nos primeiros decênios do século XX:

Já encontramos, desde a década de 10, o partido do quarto principal ou do casal implantado à frente da habitação, junto à sala principal, revelando status ou grau hierárquico dos seus ocupantes. O próprio mobiliário deve “combinar” com a sala principal, sendo colocado à mostra através do artifício de deixar-se a porta do quarto ligeiramente aberta. (1999, p. 93).

Figura 4 – Casa na Rua Moinhos de Vento s/n, construção de Vittorio Tellini, 1910: fachada e planta baixa



Fonte: Microfilme 009, processo 164. Acervo de Günter Weimer; Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desenhos de Kétlyn Giovana Schuh, conforme projeto original. Denominação de compartimentos segundo a fonte; grafia atualizada.

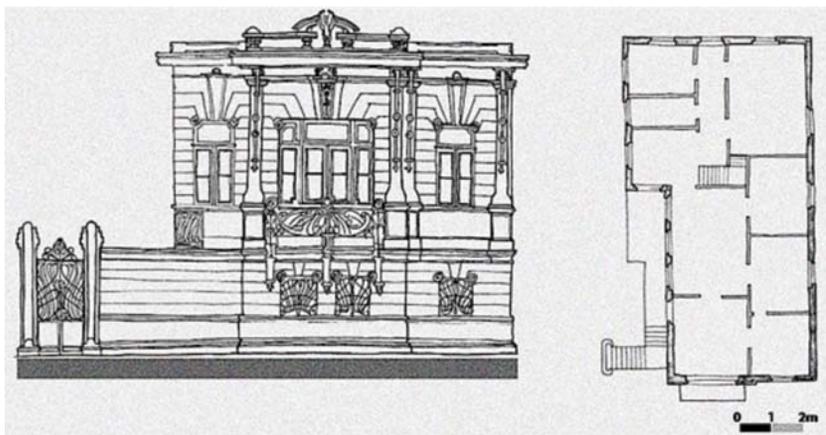
No período colonial, os aposentos de dormir eram denominados *alcovas*. Já estavam posicionados, em geral, no núcleo central da planta da moradia. Projetados de maneira contígua e sem aberturas para o exterior, as alcovas apresentavam precárias condições de salubridade. A partir dos Oitocentos, notadamente quando a implantação do *ecletismo* propôs o recuo lateral, são compartimentos que, por contar com aberturas para iluminação e ventilação diretas, passam a ser denominados de *quartos* ou *dormitórios*. “O espaço íntimo no Brasil, conforme avança o século XIX, incorpora muitas lições de bem-viver das elites do século precedente, porém o faz à sua maneira, e o quarto areja-se.” (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 90). O projeto da casa construída por Tellini ainda traz registrado o termo *alcovas* para identificar dormitórios, dispostos um em cada lado do *passadiço*.

A possível versatilidade funcional aludida para gabinete e sala frontal da residência Lopes, de Tellini, pode ser igualmente sugerida para a de propriedade de Francisco Schardon (Figura 5), construída por Paganini e Andrighetto, ambas localizadas na Rua Moinhos de Vento e projetadas na mesma época. Francesco Andrighetto e Paolo Paganini (1870-1921), este último nascido em Asiago, na Itália, eram personagens ativos na comunidade italiana de Porto Alegre. Constam como *pioneri ed esponenti dela socialità coloniale in Porto Alegre* no álbum do *Cinquantenario della*

Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (2000, p. 370 v. I), publicado originalmente em 1925. Foram sócios em empresa de construção e, conforme Weimer, tudo indica que executavam prédios da Escola de Engenharia. (2004, p.131).

A moradia possui pavimento elevado, com porão alto, que preserva a privacidade em relação ao passeio público, programa de necessidades amplo, além de fachada de composição elaborada. Trata-se de edificação tipicamente eclética, com acesso lateral por escadaria e jardins nos dois lados do volume edificado, o que permitia iluminação e ventilação da área de repouso. O pavimento principal encontra-se acima do nível do passeio, com porão utilizável. Os dormitórios, enfileirados em uma das faixas laterais da planta, vinculam-se a duas salas. Na parte posterior, estão a sala familiar e a cozinha. Complementam o programa do projeto, que não apresenta denominação de compartimentos, o que parecem ser dependência de serviços e sanitário, esse, único na habitação.

Figura 5 – Casa na Rua Moinhos de Vento s/n, atual Av. Independência, projeto de Paolo Paganini e Francesco Andrighetto, 1910: fachada e planta baixa



Fonte: Microfilme 009, processo 370. Acervo de Günter Weimer; Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desenho de Gustavo Longaray Moraga, conforme projeto original.

Na residência Shardon, o cômodo perto da sala social frontal tanto poderia ser mesmo um gabinete de trabalho ou estudo quanto um dormitório ou prolongamento daquele destinado ao casal. É inegável que os primeiros anos de República trouzeram mudanças, graças às novidades decorrentes do progresso do País. Não deve ser descartada, portanto, a hipótese de um aposento, contíguo ao do casal, ser para “a guarda do vestuário, composta de várias peças, mas para o próprio vestir, ato complexo, um verdadeiro quebra-cabeças de composição de pequenos detalhes, tanto para o homem como para a mulher”. (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 92).

Na realidade, a proposta do compartimento adjacente ao dormitório principal já é verificada desde boa parte do século XIX. O período imperial trouxe hábitos mais sofisticados, que acabaram sendo incorporados ao modo de viver das pessoas. Não raro, aparece no projeto o denominado *boudoir*, termo de origem francesa que caracterizava o recinto onde o casal vestia-se, mas que também poderia servir às mulheres na preparação da aparência para o cotidiano, ou mesmo para ocasiões festivas. Principalmente em casas maiores podem ser encontrados esse e outros recintos, com seu respectivo mobiliário e que representam novas exigências cotidianas, conforme Veríssimo e Bittar (1999, p. 90): “Surtem o quarto de vestir, os toucadores, o quarto de banho, um equipamento de melhor qualidade tanto material como formal, pois a Revolução Industrial consegue colocar no mercado produtos em larga escala.”

Área de serviços: avanços técnicos

A tradição de localizar os serviços relacionados à cozinha e às atividades de higiene na parte posterior do núcleo edificado da moradia continuou ocorrendo no final do século XIX. Todavia, modificações foram introduzidas graças aos avanços técnicos. Até esses chegarem, o banho era realizado com utilização de bacias e jarras, nos próprios quartos de dormir. Mais ao fundo do lote, estava localizada a latrina, apartada do corpo principal da casa.

O advento da rede pública de água encanada e a maior facilidade de importação de materiais hidráulicos e sanitários propiciaram a concentração das funções de higiene em um mesmo recinto: o *banheiro*. Lavatório, vaso sanitário, banheira e chuveiro compunham o conjunto

de aparelhos, agora supridos de água potável e com sistema de esgotamento feito por canalizações específicas. A cozinha, antes mais distante do corpo principal da habitação, pelo desconforto causado por calor e fumaça produzidos, se aproximava dos demais cômodos, situando-se contígua à varanda. O alto custo das instalações determinava a redução da distância entre banheiro e cozinha. Nessa estava prevista uma pia para a preparação de alimentos e a lavagem de utensílios.

Do ponto de vista funcional, era conveniente que a cozinha se situasse adjacente à sala de viver da família. A afinidade entre as atividades desenvolvidas nos dois compartimentos apresentava coerência distributiva e potencializava a animação desse setor da moradia. O banheiro – que por razões de custo era apenas um para toda a casa – se, por um lado, estava próximo do centro de maior fluxo de pessoas, por outro, se encontrava distante dos dormitórios.

Muitos exemplares de residências urbanas apresentam, desde o final do Oitocentos, outro compartimento perto da cozinha que revelava mudança de costumes: o *quarto da criada*. Uma nova realidade se estabelecia no modo de viver. Sobre isso, Lemos (1989a, p. 68), em sua breve história da arquitetura residencial paulista, assim se manifesta:

Nas casas de classe média para cima, por exemplo, começamos a encontrar, mais ou menos a partir da última década do século XIX, o quarto da “criada” dentro da casa, ao lado da cozinha, o que não ocorria nas antigas moradas de alcovas centrais, onde os fâmulos escravos dormiam nos quintais, nos porões, ou nos desvãos dos telhados, em cima dos forros das cozinhas ou das áreas de serviço. (1989a, p. 68).

Era comum haver serviçais remanescentes do período escravocrata que, agora de forma remunerada, prestavam trabalhos domésticos e moravam com a família. (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 111). Tal função era também exercida por empregada imigrante que, muitas vezes, ficava responsável também pelo cuidado das crianças.¹

Autonomia entre setores da casa

A partir do final do século XIX, verifica-se o requinte do projeto denominado “setorização de funções”. Trata-se da articulação espacial entre aposentos, de modo a manter a independência de cada área: social,

de serviços e de repouso (íntimo). Passou a qualificar a distribuição de compartimentos residenciais e ampliar a autonomia dos mesmos. O uso de corredores, isto é, de espaços de distribuição ou passagem, constituía-se em novo modo de organizar o programa de necessidades, mais uma das contribuições da cultura dos imigrantes, conforme observa Lemos:

A outra novidade programática trazida pelos arquitetos eruditos do ecletismo foi a definição de novos critérios de circulação dentro da casa. Agora, a residência de gente fina havia de proporcionar total independência entre as três zonas da casa: as áreas de estar, de repouso e a do serviço deveriam estar distribuídas de tal maneira que se pudesse ir de uma delas a outra sem que fosse necessário passar pela terceira. (1989b, p. 52).

Inicialmente prevista para casas de “gente fina”, ao longo do tempo, a setorização fez parte de projetos residenciais, independentemente do *status* do morador. Como visto em exemplares deste estudo e como descrição geral do esquema circulatório da residência setorizada, pode-se dizer que desde o acesso principal, o vestíbulo definia possibilidades de percurso: ou à sala de visitas, muitas vezes com gabinete contíguo, ou ao corredor que passava adjacente a um ou mais quartos até chegar à varanda. Essa, por sua vez, abria-se para a cozinha, que estava próxima do banheiro e se vinculava ao quintal de fundos. De fato, a área de serviços (cozinha e demais dependências afins) continuava a ser acessada pela sala de viver da família. Cada um dos dormitórios era ingressado por aquele corredor que, em certa medida, os individualizava (Figuras 6, 7 e 8). Procurava-se solucionar a condição de que o acesso a um quarto fosse realizado através de outro, como ocorria mais antigamente. Suas portas abriam, agora, para o compartimento de passagem, reforçando a ideia de setorização. Por muitos anos, ainda, permaneceram situações híbridas. Além de se relacionarem com a circulação, os dormitórios tinham também aberturas entre si e para salas contíguas, como se observou na casa da Rua Lobo da Costa, projetada por Bellanca (Figura 2).

Figuras 6, 7 e 8 – Esquemas de espaços-uso e circulações em habitações típicas da época estudada. Da esquerda para a direita: O primeiro diagrama representa habitação em que o corredor ligando o setor social/visitas ao estar familiar/varanda é interno; o segundo registra o corredor externo descoberto, resultado do afastamento da edificação de uma das divisas laterais. O terceiro representa a circulação interna que fragmenta o setor de repouso.

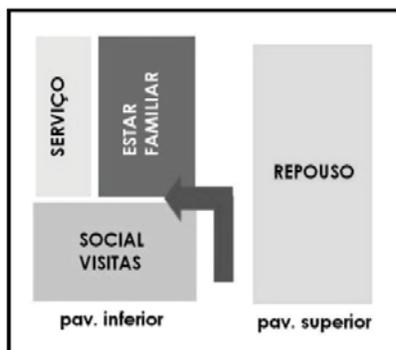


Fonte: Desenhos do autor.

A proposta do corredor, todavia, tornava-se garantia apenas parcial da privacidade. O fato de o trânsito da sala de visitas à varanda estabelecer-se pelo interior da zona de repouso ainda comprometia a intimidade dos moradores. Pode-se deduzir que, não obstante a possibilidade de ingresso à varanda por pessoas externas ao âmbito familiar mais privativo, a condição de circulação através do setor de repouso não deixa de ser indício da manutenção de alguma restrição a tal acesso. Na casa construída por Tellini na Rua Moinhos de Vento (Figura 4), examinada, a circulação que atravessa a área de repouso, ligando a sala de visitas à de jantar (varanda), ocasiona a fragmentação do setor que contém os dormitórios (Figura 8).

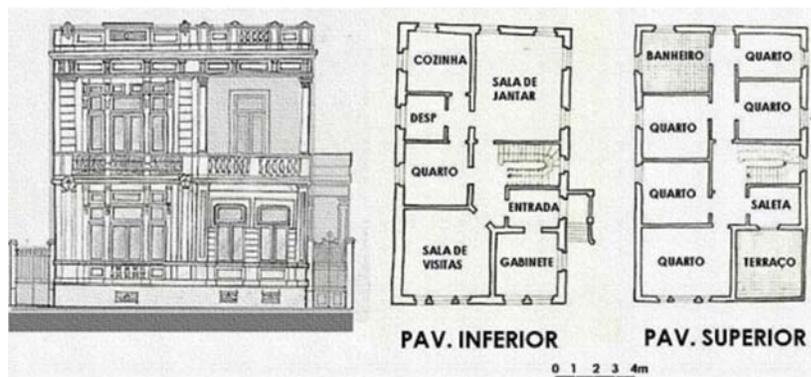
Moradia de dois pavimentos: dormitórios em cima

Figura 9 – Esquema de distribuição de residência de 2 pavimentos



Fonte: Desenho do autor.

Figura 10 – Casa na Rua Moinhos de Vento (atual Av. Independência), projeto de Augusto Sartori, 1915: fachada e planta baixa



Fonte: Microfilme 014, processo 725. Acervo de Günter Weimer; Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desenhos de Kétyln Giovana Schuh, conforme projeto original. Denominação dos compartimentos segundo a fonte; grafia atualizada.

No que tange à distribuição do programa de necessidades, pode-se dizer que é na moradia de dois pavimentos (sobrado) onde são obtidos os melhores resultados do ponto de vista de zoneamento e esquema circulatório (Figura 9). No pavimento inferior, as áreas social pública (sala de visitas e gabinete), privada (varanda/sala de jantar), e serviços

(cozinha, despensa e quarto de empregada); no andar superior, os dormitórios e o banheiro. Uma escada, mormente próxima da varanda/sala de jantar, conduzindo à circulação de acesso aos quartos, completava o programa.

É o caso da residência de dois pavimentos construída por Augusto Sartori, na Rua Moinhos de Vento, em 1915 (Figura 10). Sartori, nascido na região de colonização italiana, havia, segundo Corona, estudado na Itália e se utilizava de publicações italianas como repertório para realizar seus projetos, entre eles o Edifício La Porta, de 1919, na esquina da Rua dos Andradas com a Uruguai. Consta como de sua autoria o projeto da fachada do pavilhão central da *Exposizione Coloniale Italiana*, realizada em 1925, no antigo Parque de Exposições do Menino Deus.

De vocabulário arquitetônico eclético, o projeto da Rua Moinhos de Vento, realizado para Homem de Carvalho, revela, graças à sofisticação estilística e ao extenso programa de necessidades, destinar-se à família de elevado padrão de vida. Os recuos laterais, o acesso principal efetivando-se através de um deles, o porão baixo, a sala de visitas, o gabinete com aberturas para o âmbito público, além da cozinha e da grande sala de jantar mais ao fundo, dão clareza à setorização proposta. Nesse exemplar, como aludido, os dormitórios, posicionados no piso superior, distanciam o setor de repouso das demais áreas: de convívio coletivo e de serviços da moradia.

Considerações finais

Do que foi exposto, pode-se afirmar que em Porto Alegre, no final do século XIX e na primeira década e meia do seguinte, a implantação de edificação residencial no lote urbano alterou-se em relação aos decênios precedentes. A casa distanciou-se de uma ou de ambas as divisas laterais. A posição de seu plano frontal manteve a tradição de coincidir com o alinhamento da rua, modelo herdado do período colonial. Na década de 90 do Oitocentos, *costruttori* ditos *italianos*, como Luigi Gastaldi Valiera, já adotavam partido arquitetônico com acesso principal lateral e recuos em um ou em ambos os lados do lote, atitude de projeto tipicamente eclética, que continuou sendo utilizada por construtores, nos anos que adentraram o novo século. Há registros de obras de Augusto Sartori, Onofre Bellanca, Vittorio Tellini, Paolo Paganini e Francesco Andrighetto que sinalizam a permanência da estratégia de implantação

no lote urbano, tanto em residências destinadas a famílias de maior poder aquisitivo, como em moradias simples, de poucos cômodos.

A casa maior, de programa de necessidades mais extenso, contava com jardins, que faziam parte do percurso de quem a acessava. A subida da escada lateral até a porta principal constituía-se em experiência de assimilação gradual da passagem do âmbito público ao privado. O trajeto sugerido ao usuário pode ser compreendido como uma evidência da separação entre a casa e a cidade.

Em residências menores, não havia a escadaria e, boa parte das vezes, nem o requinte da experiência do caminho mais prolongado. O fato é que os projetos, em geral, continham mudanças quanto à arquitetura do Brasil imperial e do colonial, principalmente em termos de implantação no lote e de conforto climático da edificação.

A força da tradição indicava, porém, continuidades. Poucas alterações eram propostas na distribuição do programa de necessidades da moradia que vigorou em Porto Alegre, no final do século XIX e primórdios do XX. Conservou-se praticamente a mesma ao longo dos anos: sala social na frente, na fachada para a rua; dormitórios na região central da planta; sala de maior intimidade da família ou um pouco mais ao fundo; e, finalmente, dependências de serviços na extremidade posterior da planta.

A ligação entre o setor social frontal (sala de visitas), de maior acesso a pessoas externas, e a sala de viver da família ou varanda (sala de jantar), de âmbito mais privativo, dava-se de modo direto. Os quartos articulavam-se à varanda ou ao corredor que atravessava o setor de repouso. Nesse último caso, a circulação, necessariamente, continha portas de ingresso aos dormitórios.

A constatação, que pode ser vista como intencional, de os projetistas não avançarem mais na autonomia dos setores residenciais – área de convivência social, de repouso, de convivência familiar e de serviço – permite concluir que os recintos de uso da família continuavam ainda com restrição de acesso aos de fora. A intimidade dos moradores permanecia preservada. É na casa de dois pavimentos, entretanto, com a localização do setor íntimo no piso superior e liberação do inferior para social e serviços, que se alcança maior eficácia no que tange à independência entre núcleos de funções afins.

Sabe-se que o ecletismo, como novo campo estilístico, esteve presente, na transição de século, em edifícios institucionais e moradias

particulares, principalmente as das camadas com maior poder aquisitivo (média e alta). O modo de morar, porém, alterava-se com menor velocidade do que as transformações urbanas percebidas. A imagem de Porto Alegre, no que tange à arquitetura, representava, com clareza, a ideologia determinada pelo advento da República e por condições de progresso do período. Reflexos econômicos dos contextos internacional e nacional, a ascensão da classe burguesa, os apelos ao consumo maior de bens e serviços, o fluxo de chegada de imigrantes e o aumento populacional da cidade resultaram em mudanças. Casas de *costruttori italiani*, todavia, conforme amostra apresentada neste estudo, revelavam inovação de vocabulário arquitetônico e manutenção de costumes tradicionais caracterizados em suas estruturas espaciais internas.

Notas

¹ É intencional a delimitação aqui proposta de se considerar *italianos* não só os personagens nascidos na Itália, mas também seus descendentes brasileiros.

² Dados do recenseamento de 1890 apontam para um total de 52.421 pessoas estabelecidas no município; porém, aí está contabilizada a população rural. Caso se considere que a malha urbana da cidade contava com 7.749 prédios em 1892, e estimando a média de quatro pessoas por unidade construída, obter-se-á um total de 46,5 mil habitantes do núcleo urbano dois anos após a data do recenseamento. (FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade: UFRGS, 2000. p. 59-60).

³ No século XVIII, a palavra *sobrado* referia-se ao número de assoalhos de uma construção. Mais adiante, passou

a aludir ao “espaço sobrado ou ganho devido a um soalho suspenso”, ou seja, à existência de um pavimento a mais na edificação. Conforme Lemos, o pavimento acrescido ao principal “tanto podia estar acima desse piso como embaixo dele”. Conclui-se que o termo pode significar outro pavimento, superior, mas também um porão. (LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989b. p. 32-33. (Coleção Repensando a História)).

⁴ Considera-se, neste texto, a delimitação proposta por Teixeira Coelho para quem “o imaginário é o conjunto das imagens e relações produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possíveis universais e invariantes – e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo – e, de outro, de formas geradas em contextos

particulares historicamente determináveis. Esses dois eixos não correm paralelos, mas convergem para um ponto em comum onde se dá a articulação entre um e outro e a mútua determinação de um pelo outro”. (COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 213).

⁵ Para uso restrito deste trabalho, propõe-se o termo *promenade* como forma simplificada de *promenade architecturale*, expressão utilizada por Le Corbusier. Aqui se quer caracterizar a valorização de

um percurso como estratégia conceitual de projeto, que evidencia a experiência de fruição do objeto arquitetônico – a moradia – com a possibilidade de aproximação mais gradual até o acesso principal. Definição sugerida pelo autor.

⁶ Segundo Lemos, em muitas famílias, “era chique ter empregadas brancas, preferencialmente estrangeiras”. Ficavam acomodadas no porão, ou no sótão, ou “em quartos feitos ao lado da cozinha”. (LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989b, p. 52).

Referências

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

CINQUANTENARIO *della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925* (fac-simile). 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. 2 v.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. *Estudos Ibero-Americanos*: Revista do Departamento de História – Pós-Graduação de História/PUCRS, Porto Alegre: Edipucrs, v. XXVI, n. 1, jun. 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989a.

_____. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989b. (Coleção

Repensando a História).

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1980.

MENEGOTTO, Renato. *Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre: 1892-1930*. 2011. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul: 1892-1945*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

_____. *Levantamento de projetos arquitetônicos – Porto Alegre: 1892 a 1957*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Procompa, 1998.